

Era de planos e sonhos

ALEX CAMPOS

O primeiro pacote econômico a gente nunca esquece. O Plano Cruzado, decretado há 11 anos no governo José Sarney, não foi pioneiro na História do país, mas mexeu com os brasileiros, surpreendentemente, de forma positiva. O cruzeiro, velho de guerra, deu lugar ao cruzado, moeda-símbolo dos novos tempos. Preços, salários e câmbio foram congelados. Fez-se o sonho — mais tarde transformado em pesadelo. Tudo acabou quatro meses depois porque as medidas não encontraram apoio estrutural, mas serviram para eleger 22 governadores do PMDB, então o partido do governo. Em novembro, veio o Cruzado II, uma tentativa de juntar os cacos do antecessor. Ainda com Sarney, os brasileiros enfrentaram os planos Bresser e Verão. Estes, no entanto, não trouxeram alterações tão profundas como os *Cruzados*. Apesar dos esforços e sobressaltos, o presidente se despediu do poder com uma inflação de 84% ao mês. Em 1990, Fernando Collor tomou posse afirmando que tinha apenas uma bala para matar o *tigre* da inflação. Acabou dando dois tiros, os planos Collor I e II, confiscou o dinheiro das cadernetas de poupança e outras aplicações financeiras, mas não conseguiu debelar a inflação. A exemplo de Collor, Fernando Henrique adotou também dois pacotes. No primeiro, em 1994, ainda como ministro da Fazenda, criou o real. Repetindo o sucesso do cruzado de 1986, a nova moeda melhorou a vida dos brasileiros — mas, de novo, o quadro estrutural precisava de reformas ou, pelo menos, ajustes. É o que tenta agora Fernando Henrique com sua segunda intervenção de emergência na economia.



No Plano Cruzado, a fiscalização dos consumidores contra os aumentos de preços levou à prisão gerentes de lojas



José Varella - 22/1/87

PLANO CRUZADO

Decretado em 28 de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado pôs uma camisa-de-força em toda a economia. Preços, salários e câmbio tornaram-se "intocáveis". A população deu seu apoio irrestrito e transformou a Sunab, hoje extinta, em uma trincheira contra os sabotadores da estabilização, aqueles que insistiam em remarcar preços, cobrar

ágio na venda de automóveis e esconder a carne, por exemplo. A Polícia Federal foi ao pasto, literalmente, atrás do boi. Por fim, deu bode. O quadro que inibiu a inflação, antes na faixa dos 20% ao mês, não durou muito tempo. Reclamavam-se as reformas na estrutura econômica, que, também naquela época, não vieram. Meses depois, os preços e o

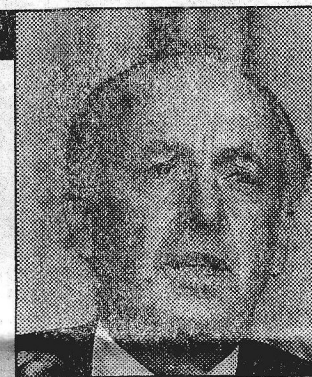
câmbio começaram a romper a camisa-de-força, deixando defasados os salários. Em novembro, veio o Cruzado II, que descongelou a taxa de câmbio e tentou resgatar a empolgação do começo do ano, quando cidadãos, na qualidade de *Fiscais do Sarney*, tomavam a iniciativa de fechar supermercados "em nome do presidente da República".



Autoridades, sindicalistas e empresários debateram, mas nada decidiram sobre índices expurgados no Plano Bresser

BRESSER E VERÃO

Nascido em 12 de junho de 1987, o plano que levou o nome do então ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira também congelou preços e salários, mas por apenas 90 dias. Depois desse período, a regra salarial determinava reajustes mensais com base na média da inflação do trimestre anterior, medida por um novo indexador, a URV, Unidade de Referência de Preços. O objetivo era controlar e partir para a reforma fiscal — o que se está tentando novamente. A inflação voltou a subir, Bresser caiu e logo viria mais um plano. Em 15 de janeiro de 1989, já com Mafson da Nóbrega na Fazenda, o país conheceu o Plano Verão — o



ministro, prudentemente, evitou emprestar seu nome à nova reengenharia econômica, o que inspirou mais suspeitas do que confiança. O pacote "feijão-com-arroz", como Mafson o classificou, foi adotado com a prioridade de impedir uma hiperinflação.

Jamil Bittar - 19/3/90

COLLOR I e II

Saiu pela culatra o único tiro que o presidente Fernando Collor dizia ter para matar o *tigre* da inflação. Em 16 de março de 1990, seu plano congelou preços, trocou o nome da moeda (de cruzado para cruzeiro, novamente) e confiscou depósitos e investimentos, incluindo a poupança, em cruzados. Ficou gravada para a posteridade a imagem da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello (foto), em rede nacional de televisão, tentando explicar que o bloqueio das cadernetas não era "confisco", mas somente "bloqueio". A inflação desabou de 45% ao mês para 7,87% em abril. Quatro meses depois, porém, o *tigre* ressuscitou. O índice já

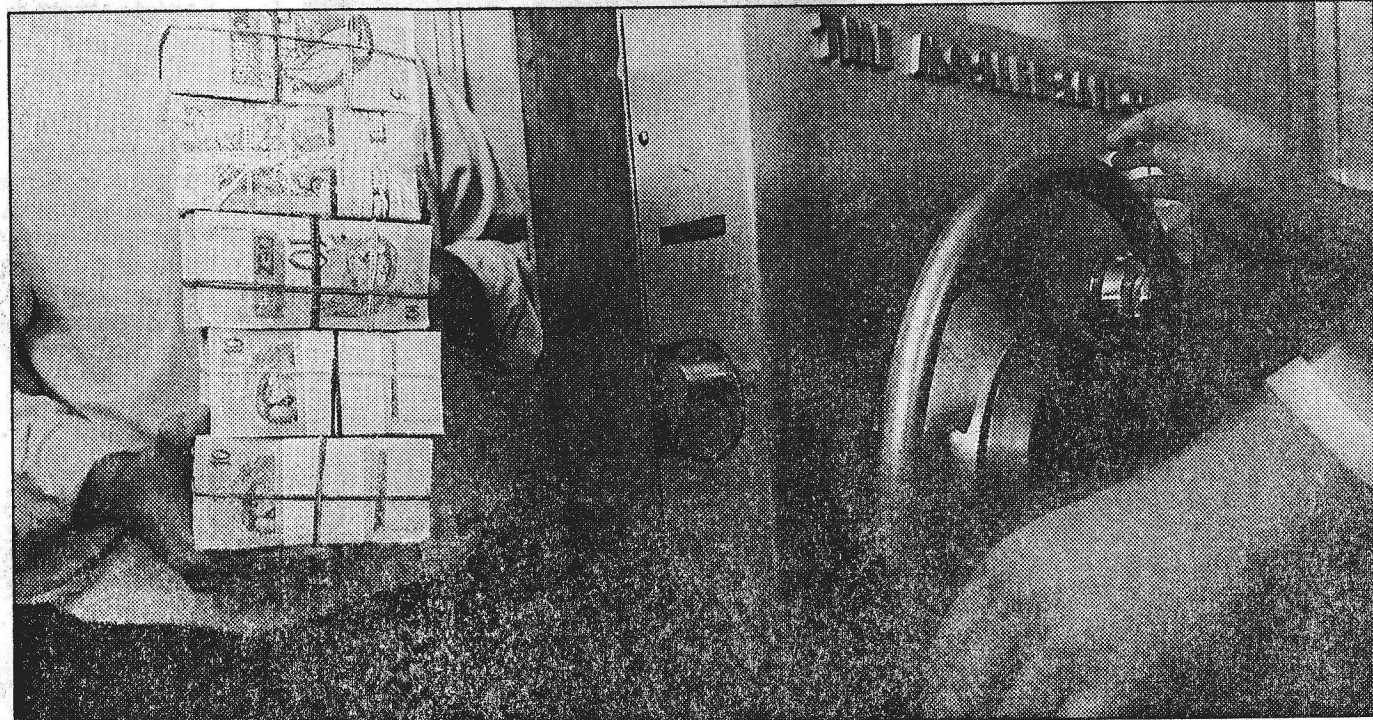


atravessava a faixa dos 12%. A inflação retomava a escalada dos velhos tempos, quando a equipe econômica teve uma nova idéia: mais um plano. Em fevereiro de 1991, o Collor II repetiu com sucesso o fracasso do Collor I.



Atingida pelo confisco da caderneta de poupança do Plano Collor, a cliente foi ao banco reclamar o seu dinheiro

José Roberto Serra - 30/6/94



Na véspera da troca da moeda, pacotes de reais deixam o cofre do Banco Central para serem postos em circulação

PLANO REAL

Considerado o mais engenhoso de todos os planos de estabilização, o Real foi recebido com ceticismo em 1º de julho de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso (foto) era ministro da Fazenda. Baseado numa complexa conversão, ancorada num índice até então pouco popular, a URV, Unidade de Referência de Valor, o plano parecia mais um "cabo eleitoral". Logo, porém, passaria a entusiasmar a maior parte da sociedade, segundo o governo, "aquela mais carente, beneficiada por uma redistribuição de renda jamais vista". Verdade ou não, com câmbio de um por um e lastro nas reservas internacio-



nais (que ultrapassaram os US\$ 60 bilhões), o Brasil real produziu mais e consumiu mais. A economia se abriu às importações e os preços se estabilizaram sem amarras.

GLOSSÁRIO

AJUSTE FISCAL

Busca do equilíbrio entre as receitas e as despesas do governo federal, dos estados, municípios e estaduais. O ajuste fiscal pode ser feito mediante o aumento dos impostos e redução dos gastos.

FUNCIONÁRIOS NÃO-ESTÁVEIS

São os 55 mil funcionários do governo federal que entraram para o serviço público sem prestar concurso.

DAS

Comissão recebida por servidores públicos que ocupam cargos de confiança. O significado da sigla é Direção de Assessoramento Superior.

COFIE

Comitê de Financiamento à Exportação.

LOAS

Lei Orgânica da Assistência Social.

IRPF

Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

IPI

Imposto sobre Produtos Industrializados.

DIVIDENDOS

Parte do lucro líquido das empresas que é distribuída aos acionistas.

CND

Conselho Nacional de Desestatização, a instância governamental encarregada de decidir as privatizações.

PND

Programa Nacional de Desestatização.

IRB

Instituto de Resseguros do Brasil.

RECEBÍVEIS

Títulos vinculados às receitas futuras da empresa, negociados no mercado financeiro.

ARO

Adiantamento de Receita Orçamentária. Os chefes dos executivos estaduais usam este mecanismo para adiantar recursos, junto aos bancos, para seus caixas, baseados numa receita futura. Os estados são obrigados a pagar esses empréstimos no mesmo ano.

ACC

Adiantamento de Contratos de Câmbio. Usado por exportadores, que assim conseguem adiantar o recebimento da venda em até 180 dias.

PROEX

Programa de Financiamento às Exportações, administrado pelo Banco do Brasil com alguns bancos privados.

DEBÊNTURES

Papéis emitidos por empresas, que geralmente os lançam para captar recursos. Se a empresa não honra o pagamento de uma debênture na data de seu vencimento, o dono do papel pode convertê-lo em ações daquela empresa — esta é a modalidade de debênture conhecida como conversível em ação. Existem também debêntures não-conversíveis.